

Nas fronteiras do pavilhão: uma etnografia na CCPJ de Imperatriz-MA

At the borders of the pavilion: an ethnography at CCPJ in Imperatriz-MA

Agnaldo José da Silva¹

Jesus Marmanillo Pereira²

Wallyson André Melo Cunha³

Palavras-Chave:
Instituição total;
Mortificação do self;
Ajustamentos secundários.

Resumo: O presente artigo visa analisar as estratégias de manutenção do self em situação de encarceramento. Para tanto, nos valemos de um aporte goffmaniano para analisar a Central de Custódia de Presos da Justiça de Imperatriz (CCPJ-ITZ), unidade prisional com a maior população carcerária em regime fechado, no interior do estado do Maranhão. Orientados pelas noções de Instituição Total e ajustamentos secundários foram realizados três anos de pesquisa, com a produção de 42 registros fotográficos, anotações de campo, diálogos informais, caminhadas e observações diretas. Mais que um processo de construção social dos presos, verificamos que ocorre um processo de mudança cultural que simplesmente não pode ser rotulado, totalmente, como preso ou liberto. Para demonstrar essa hipótese, o artigo trará situações que demonstraram, em profundidade, as tensões entre a objetividade institucional e subjetividades dos detentos, focando no debate teórico e no estudo detalhado de um pavilhão e de uma cela.

Recebido em 22/10/2024 e aceito em 25/02/2025.

1 Possui doutorado em Sociologia pela Universidade de Brasília (2008). Atualmente é professor associado 2 da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Docente Orientador do Programa Residência Pedagógica da Capes e Coordenador de Estágio do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas / Sociologia da UFMA, campus de Imperatriz. <https://orcid.org/0009-0001-6587-5698>

2 Doutor em Sociologia e antropologia pelos Programas de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal da Paraíba. Docente do Departamento de Ciências Sociais (DCS) no Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA) na Universidade Federal da Paraíba. Coordenador do Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Cidades(LAEPCI). Professor permanente dos Programas de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia (PPGS-UFPB e PPGA-UFPB). <https://orcid.org/0000-0001-5220-5567>

3 Graduado no curso de Licenciatura em Ciências Humanas com habilitação em Sociologia(LCH-Sociologia), pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). <https://orcid.org/0009-0009-9588-3937>

Keywords:
Total institution;
Mortification of the
self;
Secondary
adjustments.

Abstract: This article aims to analyze strategies for maintaining the self in a situation of incarceration. To this end, we use a Goffmanian contribution to analyze the Central de Custódia de Presos da Justiça de Imperatriz (CCPJ-ITZ), a prison unit with the largest closed prison population, in the interior of the state of Maranhão. Guided by the notions of Total Institution and secondary adjustments, three years of research were carried out, with the production of 42 photographic records, field notes, informal dialogues, walks and direct observations. More than a process of social construction of prisoners, we see that there is a process of cultural change that simply cannot be labeled, completely, as prisoner or freed. To demonstrate this hypothesis, the article will bring situations that demonstrate, in depth, the tensions between institutional objectivity and subjectivities of inmates, focusing on the theoretical debate and the detailed study of a pavilion and a cell.

INTRODUÇÃO

Salla (2006) ressalta que os estudos sociológicos sobre prisões remontam as décadas imediatamente posteriores a segunda guerra mundial e, de alguma forma, foram motivados por uma onda de rebeliões que marcaram as prisões norte-americanas, durante a década de 1950. O campo sociológico nesse período recebeu as contribuições de Donald Clemmer, com seu “*The Prison Community*” em 1940, o próprio Gresham Skyes, publicou seu “*The Society of Captives*” em 1958 e Erving Goffman publica *Asyluns* em 1961, que resultou na tradução portuguesa do Manicômios, prisões e conventos que será nossa referência aqui.

Todos aos seus modos buscaram explicar as instituições prisionais. Grosso modo, Donald Clemmer destacou-se pelo conceito de prisonização⁴, por meio do qual buscava explicar o processo de assimilação de novos detentos em uma cultura carcerária⁵. Nesse sentido, a prisão seria compreendida como um tipo de microssociedade, composta por organização social (formal e informal) hábitos, sistemas de comportamentos, história, modos de vida entre outros aspectos que poderiam ser captados por meio da observação direta e experiência de campo (SOBECKI, 2020).

De modo próximo, Skyes (1958) apresenta a prisão como uma sociedade de pequena escala que possui seu próprio ritmo e dinâmica de divisões étnico-raciais, de

4 [...] assim como utilizamos o termo Americanização para descrever o maior ou menor grau de integração do imigrante ao esquema de vida da América, nós podemos utilizar o termo prisão para indicar adoção, em maior ou menor grau, do modo de pensar, dos costumes, dos hábitos e regras da cultura geral da penitenciária (CLEMMER, 1958, p. 299, tradução nossa)

5 Processo pelo qual o indivíduo adquire os valores, as normas e atitudes de uma subcultura prisional.

trabalho e poder. Ele comprehende que a convivência prolongada dos detentos gera um sistema social que se desenvolve informalmente, fazendo com que a prisão necessite ser comprehendida não mais apenas como uma questão de grades, celas ou muros, mas como uma pequena sociedade dentro da sociedade. Sendo crítico a grande concentração de estudos sobre o processo de prisonização, Skyes (1958) valorizou outros aspectos relacionados as moralidades, condutas e classificações produzidas pelos infratores, chamando a atenção para a possibilidade de eles desenvolverem uma diversidade de papéis sociais entre eles e com os guardas.

Dentro desse campo intelectual é que emerge a explicação de Goffman (2001) e seus conceitos de instituição total e ajustamentos secundários que influenciaram a hipótese de que até mesmo em um ambiente completamente institucionalizado e monitorado os indivíduos criam micro interações e uma forma própria de sociabilidade que lhes servem de proteção contra as regras e imposições “desfigurantes” de uma instituição total.

Além de nos posicionar em relação ao debate sociológico, brevemente citado, tal perspectiva teórica implicou na elaboração do objetivo principal desse artigo que é compreender e refletir sobre os ajustamentos secundários em uma instituição total, a partir de uma pesquisa etnográfica desenvolvida na Central de Custódia de Presos da Justiça de Imperatriz (CCPJ-ITZ). Metodologicamente, essa pesquisa e texto desenvolvidos a seis mãos contou com uma etapa de leitura coletiva para preparação teórica, e outra na qual um dos membros⁶ da equipe realizou três anos de observação sistemática. Convém destacar que a pesquisa contou com o apoio da administração penitenciária cujo foco é favorável ao maior levantamento de informações que possam auxiliar no controle de rebeliões ou situações de violência. De qualquer maneira, as fotografias utilizadas nesse texto não trazem identificação dos detentos se resumindo a objetos, escritos e ângulos de visão que possibilitam interpretar as maneiras de organização dentro e fora das celas⁷.

Juntos, realizamos duas inserções para produzir fotografias, anotações e reflexões que resultaram nos quatro tópicos desse artigo, onde abordaremos: I) uma breve reflexão teórica Goffmaniana. II) analisar a relação entre instituição e detentos a partir de um exercício de observação direta em um dos pavilhões daquela unidade prisional e III) refletir sobre os ajustamentos secundários e papéis sociais desenvolvidos entre os detentos a partir da observação no interior das celas.

6 É Sociólogo e agente penitenciário.

7 A metodologia com fotografias constitua uma das principais maneiras de ensino e pesquisa priorizadas no Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Cidades (LAEPCI)

COMPREENDENDO A IDEIA DE INSTITUIÇÃO TOTAL

Goffman (2001) observa que geralmente os internos chegam às instituições já familiarizados com uma cultura externa e aceita sem discussão até o momento de admissão na instituição total. Dialogando com a ideia de prisonização, ele nota que as instituições totais não substituem algo já formado por sua cultura específica, sendo problemático considerar totalmente a ideia de assimilação ou aculturação. O sociólogo norte-americano enfatiza que é mais certo é mais sensato se falar de mudança cultural, pois não existiria um sentido pleno e completo de estar dentro ou estar fora. O exemplo disso ocorrerá, muitas vezes, dos dois lados do muro de uma prisão: dentro com detentos tentando manter símbolos e algo que não o façam esquecer de seu “eu”, diante do processo de mortificação do self, e por outro lado, detentos com dificuldade maior de socialização após o cumprimento da pena.

Seja como for, entre esses dois polos (do controle e da liberdade) se posiciona a instituição total, criando uma tensão entre o mundo doméstico e o mundo institucional. Uma tensão que para ele é estrategicamente utilizada como forma de controle dos homens. Sobre esse tipo de instituição, Goffman (2001, p. 16) afirma que:

Seu ‘fechamento’ ou seu caráter total é simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibições à saída que muitas vezes estão incluídas no esquema físico – por exemplo, portas fechadas, paredes altas, arame farpado, fossos, água, florestas ou pântanos. A tais estabelecimentos dou o nome de instituições totais.

Nesses termos, uma instituição total é definida principalmente pelas barreiras que estabelece com o mundo social mais amplo, limitando, restringindo e até mesmo impedindo a comunicação e a interação dos seus internos com o mundo “lá fora”. Outra característica de uma instituição total é a separação entre a equipe dirigente e os internos. Ele observa ainda que tais instituições possuem uma divisão entre grupos: de detentos ou internados que são quantitativamente superiores e controlados por equipes menores, que exercem a supervisão dos primeiros. Há controle da comunicação, e uma organização dos trabalhadores desses locais que também vivem no ultrapassando as fronteiras da instituição e o mundo externo. Nos termos de Goffman, “Embora haja necessidade de certa comunicação entre os internados e a equipe de guarda, uma das funções do guarda é o controle da comunicação entre os internados e os níveis mais elevados da equipe dirigente” (Goffman, 2001, p. 19).

No caso dos presídios esse controle da comunicação por parte dos guardas sobre os detentos não se dá apenas nas relações que eles estabelecem com a equipe diri-

gente, mas principalmente sobre as falas e interações que os presidiários estabelecem entre si. A livre comunicação dos internos nesse tipo de ambiente pode ser subversiva e ameaçar os propósitos da instituição total que, nesse caso, consiste em manter os membros da sociedade mais ampla protegidos dos perigos e ameaças potenciais dos detentos/internos. Em razão disso, há uma rigorosa vigilância e monitoramento dos agentes penitenciários sobre aqueles que se encontram reclusos na instituição.

O presídio, enquanto instituição total, utiliza-se de técnicas de controle e vigilância sobre os internos visando a anulação de suas respectivas identidades enquanto membros da sociedade mais ampla. A ideia do controle sobre os internos nos remete ao texto “Os corpos Dóceis” presente no livro vigiar e punir, publicado em 1975 por Michel Foucault. Chamando a atenção para a dimensão do poder, mais especificamente como a disciplina⁸ pode funcionar como uma forma de anatomia política, demonstrando isso por meio das técnicas de distribuição e controle espacial, das atividades e, por fim, dos corpos. Goffman (2001), por sua vez, já tinha chamado a atenção para a questão da organização dos espaços livres, territórios dos grupos, lugares de vigilância e “administrativos”.

Um debate interessante sobre a relação entre os dois autores está no livro “A lógica da internação: instituições totais e disciplinares (des)educativas” (2004), de Silvio Jose Benelli, que já aponta que Foucault fazia referência indireta ao estudo Asyluns. Continuando, compreendemos que nessas instituições ocorre um processo que o sociólogo canadense chamou de mortificação do eu (*self*), uma espécie de confronto cultural e tensão que possibilita o controle e domesticação do detento. Nessa situação ele nota que “muitas vezes, os internados são obrigados a, em sua interação com a equipe diretora, apresentar atos de deferência – por exemplo, dizendo ‘senhor’ a todo momento” (Goffman, 2001, p.30).

Nesse processo de mortificação do *self*, membros da equipe dirigente e até mesmo outros internos dão aos novatos nomes obscenos ou apelidos aviltantes que de uma forma ou outra negam-lhes o direito de receber um tratamento honroso e formal. Ocorre o que esse autor chama de violação dos territórios do eu, isto em razão do fato de que o interno é desrido de sua antiga identidade, sendo-lhe negado o direito de se apresentar em público como ele estava acostumado. Desde sua entrada, o novato precisa se “encaixar” nas normas da instituição total, ajustando sua conduta, cumprindo horários e obedecendo regras, muitas vezes ao avesso de sua vontade e de sua antiga

8 O autor observa que “As disciplinas, organizando as “celas”, os “lugares” e as “fileiras” criam espaços complexos: ao mesmo tempo arquiteturais, funcionais e hierárquicos. São espaços que realizam a fixação e permitem a circulação; recortam segmentos individuais e estabelecem ligações operatórias; marcam lugares e indicam valores; garantem a obediência dos indivíduos, mas também uma melhor economia do tempo e dos gestos” (FOUCAULT, 1987, p.123)

identidade.

Como apontou Silva (2012) em seu estudo sobre o processo de socialização dos policiais militares, os internos burlam as normas a eles impostas, com vistas tanto a resistir ao caráter totalizante e controlador da instituição total quanto para manterem seu *self* intactos. A esse processo de resistência Goffman (2001) denomina “ajustamentos secundários”. Em um “ajustamento primário” o indivíduo se encaixa nas normas e padrões estabelecidos pela instituição. “Ele dá e recebe, com espírito adequado, o que foi sistematicamente planejado, independentemente de isto exigir muito ou pouco de si mesmo” (Goffman, 2001, p. 160). Por ajustamentos secundários, esse mesmo autor

Define qualquer disposição habitual pelo qual o participante de uma organização emprega meios ilícitos, ou consegue fins não autorizados, ou ambas as coisas, de forma a escapar daquilo que a organização supõe que deve fazer e obter e, portanto, daquilo que deve ser. Os ajustamentos secundários representam formas pelas quais o indivíduo se isola do papel e do eu que a instituição admite para ele (Goffman, 2001, p. 160).

Pode se dizer que da mesma forma que muitos trabalhadores urbanos adotam muitos expedientes de sobrevivência, transpondo as fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito (Telles e Hirata, 2007), muitos detentos também recorrem a vários expedientes ilícitos para sobreviverem social e psicologicamente, isto é, para preservarem, ao menos, alguns traços de suas antigas identidades.

Parte-se do pressuposto de que os ajustamentos secundários constituem uma forma de comunicação e de sociabilidade em que o *self* negocia com a instituição, mesmo com aquelas de caráter totalizante como é o caso de uma casa de detenção, foco deste estudo. Nesse sentido, a mortificação do *self* raramente é plena e, mesmo quando ela ocorre satisfatoriamente, ela não se dá sem a luta e a resistência dos internos para preservar o seu antigo “eu” da tirania deformadora e padronizadora da instituição total.

Assim, se a instituição total se expressa por meio da força dos agentes penitenciários e os efeitos alienantes do poder sobre os detentos, para manter o controle social, os ajustamentos secundários apontam para as estratégias e astúcias que possibilitam outras formas de organização e identidade, configurando uma microssociedade dentro sociedade.

A luz que atravessa a fronteira

Na manhã do dia 12 de setembro de 2017, estávamos em um pavilhão vazio quando ocorria o banho de sol dos presos. Nós tínhamos, diante de nossos olhos, um

corredor vazio, claro, arejado e com uma porta no final, que ligava o pavilhão ao restante da estrutura do presídio.

No lado esquerdo do corredor, outra porta para o acesso à área de banho de sol. Já no lado direito havia cinco baldes grandes de plástico diante de cinco celas vazias. Mais do que uma simples estrutura física, aquela paisagem – experienciada por nós – estava permeada por um conjunto de detalhes que evidenciam regras, condutas e um cotidiano de práticas e interações que caracterizam barreiras comunicacionais (tanto físicas como sociais), ajuntamentos primários e ajuntamentos secundários (Goffman, 2001).

Partindo da caracterização física, é possível observar que a disposição de luz no ambiente parecia acompanhar a própria lógica do enclausuramento da instituição total (Goffman, 2001), já que a iluminação diminuía de acordo com a disposição das estruturas físicas do pavilhão: a luz adentrava o ambiente por grades dispostas na parte superior da parede direita, e seguiam pelas grades de menor dimensão e altura nas celas. A luz era o único dispositivo capaz de atravessar as fronteiras que marcavam a interação entre instituição total e ajustamentos secundários.

Dessa forma, tanto o corredor quanto a área “aberta” do banho de sol possuem sempre mais iluminação que nas celas. Nestas, restam apenas a luz que vem do alto, de forma diagonal, pela parte da manhã e outra que adentra por uma grade retangular com pouco mais de vinte centímetros de altura. Essa estrutura física possibilita perceber sempre um contraste entre os ambientes claros, no corredor e escuros no interior das celas (imagem 1).

Imagen 1 – Presença e ausência de luz



Fonte: Pereira, 2017.

Seguindo esse caminho da luz, partiremos da descrição física do corredor, local onde ocorrem revistas, coleta de lixo, transporte das refeições, deslocamentos e ligações entre as celas e o restante da estrutura. Para cada balde (imagem1) disposto junto às celas há uma indicação de coletividade, já que os coletores de lixo podem ser considerados “comunitários”, por atender as demandas específicas dos grupos de detentos de cada cela. O sentido de comunidade pode ser pensado para cada cela, logo, elas possuem diferentes formas de organização interna, umas em relações as outras (tema que iremos abordar com mais detalhes no tópico seguinte).

Os baldes significam também uma forma de comunicação entre os detentos e a instituição total. Segundo os funcionários, com essas peças, “espera-se um zelo para a limpeza, por parte dos detentos, e existem sanções para a cela que não colocar seus insumos no balde”. Apesar desse artefato ser manuseado sempre por diferentes tipos de presos: o preso “corredor” e o preso da cela, eles são, antes de tudo, responsabilidade do estado, que também se faz presente por meio da coerção dos funcionários penitenciários, caso os baldes não sejam utilizados de forma correta⁹.

Isso significa que é necessário seguir “as regras da casa” que se desenvolvem de maneira escalonada, ou seja, “qualquer pessoa da classe dirigente tem alguns direitos para impor disciplina a qualquer pessoa da classe dos internados” (Goffman, 2001, p.45), que no caso presente seriam os detentos. Quem se volta contra as regras sofre sansões que segundo o autor são muito mais severas das encontradas fora da instituição. Ao lado de determinados privilégios, os castigos compõem uma maneira de organização social e moral que se replica em vários níveis, desde a próprias instituições até às dinâmicas internas das celas.

Continuando, inferimos que a maneira sistematizada de utilização dos baldes e coleta do lixo representa também todo um processo de comunicação entre a administração da instituição, a equipe dirigente, e os detentos de cada cela, podendo gerar situações de paz ou de punição, caso se crie um ambiente de sujeira nos corredores e nas celas. Além disso, existem interações entre os detentos de uma mesma cela, pois há regras e escalas de limpeza que precisam ser cumpridas.

Mais que simples baldes, aqueles artefatos mobilizam uma série de atores sociais e toda uma estrutura organizativa que se ramifica desde decisões tomadas na diretoria da instituição até as interações existentes tanto entre os funcionários penitenciários e os detentos, quanto aquelas desenvolvidas entre esses últimos. Embora essa estrutura organizativa seja comumente pensada, no senso comum, em termos dicotô-

⁹ Nesse caso esvaziar os cinzeiros com cuidado. Utilizando apenas os espaços entre a grade, sem deixar cair no corredor ou dentro da cela. Chêpa ou blindadosão nomes dados às marmitas fornecidas. Estas não são postas no balde para diminuir o risco de encher antes que seja recolhido. Sujando o corredor sendo dispostas ao lado do balde.

micos, Estado-Detento, as práticas observadas em campo sinalizam um conjunto de atores e interações mais complexas, uma forma de visualizar isso é no próprio espaço do corredor.

O palco das interações aqui analisadas não pode ser pensado em forma de uma estrutura bipolar, pautada em termos de um antagonismo entre Estado e detento. Nesses espaços dos corredores é possível observar pelo menos quatro tipos de atores sociais: os agentes penitenciários, os auxiliares penitenciários, detentos-corredores e detentos. As interações entre esses atores ocorrem em diversas situações, tais como: revistas, ida para o banho de sol, atendimentos médicos, assistência jurídica, assistência psicossocial, saídas para sociedade mais ampla (como funerais, recebimento de benefícios, perícias, audiências, reconstituições, reconhecimento etc.). Em cada situação dessas é possível verificar várias formas de comunicação, de informação. Grossso modo, pode-se fazer uma analogia a uma partida de xadrez, onde a posição e deslocamento de cada peça representam um tipo de relação de poder que é enquadrado nas possibilidades e lógicas do jogo, e dos competidores.

O que nos importa dizer por hora é enfatizar que os detentos podem desenvolver uma pluralidade de papéis e status naquele lugar, e que esse conjunto de atores e as características físicas da área dos corredores possibilitam tanto barreiras físicas e sociais para a comunicação e interações. Mas, ao mesmo tempo em que isola, tais barreiras geram condições para a construção de arranjos sociais para o desenvolvimento de formas de organização no interior das celas.

Para se pensar as barreiras físicas e sociais¹⁰do local, fizemos um experimento de posicionar a câmera fotográfica nas aberturas de comunicação das cinco celas do corredor, focalizando sempre o portão no início do corredor, portão que separa o corredor das celas do outro corredor onde os agentes penitenciários realizam rondas e observam todo o ambiente. Às vezes colocando nossas próprias cabeças na pequena abertura e forçando a visão para a porta do final do corredor, buscamos a sensação e tentativa de reconstituição da experiência. O resultado dessa atividade pode ser observado na imagem 2, que possibilita o leitor observar cinco diferentes ângulos de visão que são diretamente vinculados a capacidade comunicacional dos presos, em relação aos agentes.

Da primeira até a terceira cela é possível verificar que a visualização do portão de entrada vai ficando cada vez mais difícil. Já as celas quatro e cinco possuem abertura

¹⁰Nesse momento devemos atentar que existem meios de aumentar essa visão como pequenos espelhos que servem como um retrovisor veicular. Entretanto, nos últimos meses medidas de segurança coibiram os pequenos espelhos nas celas permitindo apenas um, colado na parede do banheiro. Assim, sempre que são encontrados fora do local determinado são recolhidos e o detento punido. De uma forma indireta, a cela inteira, pois ficarão sem espelho.

visual apenas para o portão de acesso ao banho de sol, localizado próximo ao meio da parede esquerda do corredor (observado de dentro para fora). Essas possibilidades de comunicação visual favorecem pelo menos dois tipos de interações possíveis entre presos; entre eles e os agentes. Pois, maior possibilidade de comunicação entre os agentes, geralmente a primeira cela possui um papel mediador entre os agentes e os detentos das outras celas.

Imagen 2 - Barreiras físicas, visual e comunicacional



Fonte: Pereira e Cunha, 2017.

Por outro lado, por mais que o portão do banho de sol pudesse ser uma forma efetiva de contato e comunicação entre detentos, isso não ocorre por conta de uma barreira social caracterizada na própria diferenças existentes entre os detentos do local observado e os de outros pavilhões. Assim, ficar próximo ao portão que liga a área de banho de sol ao pavilhão observado, pode gerar situações de conflito entre os deten-

tos: ameaças verbais e expressões faciais de violência. As formas como são dispostas a organização da estrutura física (paredes, grades, celas e corredores) e social (divisões dos ajuntamentos) constituem condições que devem ser consideradas, quando se analisa o aspecto comunicacional entre os atores existentes naquele lugar.

Salientando a importância da comunicação visual, oral e escrita é importante considerar que as barreiras físicas e sociais estimulam mudanças na comunicação por meio da criação de “verbetes, códigos, sinais e expressões” que assumem no cotidiano do espaço prisional, como uma tentativa de privacidade e resistência contra a censura institucional. Com a difusão e decifração desses sinais, diminuem-se as barreiras comunicacionais e, logicamente, aumentam-se os territórios de interação¹¹.

Sobre essa relação das condições ambientais com a interação face a face, Goffman (2010), cita um caso na ilha *Shetland*, onde caminhantes isolados em noites frias seguem conversando e sorrindo alto para que seus sons ecoem por distâncias. Também explica situações em que os indivíduos sussurram e usam as expressões dos olhos, tornando a recepção limitada para aqueles mais próximos. De forma mais detalhada esse autor explica:

Quer um indivíduo receba permissão para entrar numa região, como uma sala, quer ele seja excluído dela, ele frequentemente terá que demonstrar algum respeito pela fronteira física em torno dela, se ela existir. É claro que teoricamente é possível que fronteiras como paredes grossas impeçam fisicamente a comunicação externa; entretanto, quase sempre algum tipo de comunicação através da fronteira é fisicamente possível. Por isso reconhecem-se arranjos sociais que restringem tal comunicação a uma parte espacial da fronteira, tais como portas, que levem pessoas dentro e fora da região a agir como se a barreira cortasse mais da comunicação do que realmente corta. A tarefa que as paredes desempenham ocorre parcialmente porque elas são reverenciadas ou socialmente reconhecidas como barreiras comunicativas, criando, entre os membros da comunidade que se comportam apropriadamente, a possibilidade de fechamento situacional convencional na ausência de um fechamento físico real. (Goffman, 2010, p.167-168)

Percebe-se que a relação entre as interações e formas de comportamento em relação às condições ambientais é trabalhada para além da delimitação espacial, pois há um reconhecimento social das barreiras e a exigência de respeito para o indivíduo que adentrar qualquer região. De forma similar é possível observar diferentes tipos de comportamento nos espaços das celas, corredor e banho de sol(imagem3).

11 Essa comunicação é que possibilita ultrapassar as barreiras físicas, descobrir e buscar aproximação com algum amigo leal em outro pavilhão.

Imagen 3- Banho de sol



Fonte: Pereira, 2017.

Em cada local desses, os ajuntamentos constituem situações¹² espacialmente delimitadas que são iniciadas e finalizadas de acordo com um conjunto de interações existentes entre auxiliares, agentes e detentos. Para cada situação existe uma fronteira, modos distintos de expressões corporais e organização dos atores sociais. Para discorrer sobre isso, buscaremos compreender as situações ocorridas nos espaços da Cela, tomando-a como metáfora de um modelo que se repete em diferentes escalas naquela instituição.

Cenário da cela e a tensão entre o Self e a Instituição total

No livro “Manicômios, prisões e conventos”, Goffman (2001) demonstra uma tensão entre o “self” e as instituições totais, materializada no que ele chama de processo de mortificação do self. Para ele as barreiras que separam os internos do mundo externo constituem o primeiro passo de um caminho de inculcação de regras, normas e

12 Eu utilizarei o termo ajuntamento para me referir a qualquer conjunto de dois ou mais indivíduos cujos membros incluem todos e apenas aqueles que estão na presença imediata uns dos outros num dado momento p.28. Com o termo situação, eu me referi ao ambiente espacial completo em que ao adentrar uma pessoa se torna um membro do ajuntamento que está presente, ou que então se constitui. As situações começam quando o monitoramento mútuo ocorre, e prescrevem quando a penúltima pessoa sai. Para enfatizar a extensão total de qualquer unidade desse tipo, eu às vezes empregarei o termo situação em geral (Goffman, 2001).

construção de um novo papel para o indivíduo. Por outro lado, também ressalta que há um conjunto de instruções formais e informais que constituem um sistema de privilégios que acaba possibilitando uma alternativa para o indivíduo.

Segundo o autor, esse sistema é composto, primeiramente, por um conjunto de prescrições e “regras da casa” que garantem uma rotina austera de mortificação; e por “prêmios e benefícios” que possibilitam a ausência de privações e modos de organização das instituições totais; e completa-se com o terceiro ponto que é a questão dos “castigos” que significam a privação dos privilégios. Goffman (2001) percebe que os castigos e privilégios ligam-se ao sistema de trabalho dos internos e possibilitam uma forma de especialização espacial: os locais de trabalho, locais de dormir e outros elementos da estrutura física que passam a ser pensados em termos de restrição e possibilidades.

As situações das celas representam bem essas três características, como veremos mais adiante. Se as interações entre detentos e funcionários do presídio constituem formas de trabalho e organização que podem ser compreendidas enquanto *ajustamentos primários*, ou seja, aqueles em que o indivíduo age de acordo com a instituição, observamos que existem várias meios de burlar a instituição total, “formas pelas quais o indivíduo se isola do ‘eu’ que a instituição admite para ele”, ou seja, os *ajustamentos secundários*(Goffman,2001 p.160) estabelecidos entre os detentos e entre alguns detentos e funcionários, por meio de arranjos sociais.

Tais conceitos podem ser percebidos nas formas como o “self” e a instituição total se apresentam nos espaços das celas. Essas possuem três metros de largura por cinco de comprimento.

Pintada de laranja, ela possui oito camas, conhecidas pelos detentos como “jegas”, organizadas em beliches que são separadas por um pequeno corredor de 1 metro e 20centímetros por 3 metros e 90 cm, conhecido como “praia”. Ao final da cela há um banheiro de 90 cm de largura por 3 metros de comprimento. Trata-se de uma estrutura de cimento bastante homogênea, e de cor amarela e as roupas e sandálias que são entregues aos detentos são laranja. Essa é a imagem, ideal, que poderíamos ter em termos de uma lógica de ajustamento primário, e dos processos de prescrições e “regras da casa”. Ou seja, é como a instituição oferece a cela e sua organização para os detentos. Há ainda a organização do tempo em horários pré-determinados como: para banhos de sol, para contatos com visitantes, para atividades laborais promovidas pela instituição total, para revistas íntimas e de cela além do posicionamento durante a retirada de detentos da cela temos toda a rotina de processos promovidos no cotidiano prisional.

É nesse espaço totalmente institucionalizado que o detento constrói relações ba-

seadas em referências e experiências anteriores de cada indivíduo do agrupamento ali localizado. Trata-se de um local de tensão entre a subjetividade dos indivíduos e a objetividade da instituição total. É o lugar onde se desenvolvem as estratégias para obter materiais para a criação de um ambiente diferenciado em relação ao padrão oferecido pela instituição.

Nessa resistência da subjetividade, os recursos são ressignificados e transformados em utensílios que buscam reproduzir um estilo de vida cotidiana destoante das normativas da instituição total, e consequentemente, expressam uma forma de proteção e manutenção das individualidades. Durante nossa pesquisa encontramos utensílios que não são fornecidos pela instituição total como: cinzeiros, sandálias para o banheiro, as empanadas (cortinas), as quais são feitas com lençóis, colchas ou outros tecidos.

Imagen 4- A jega, a praia e uma micro organização



Fonte: Pereira, 2017.

Por meio da imagem 3 é possível observar que a pintura amarela e as estruturas de cimento da cela que representam um dos padrões da instituição penitenciária são carregadas de objetos que trazem outros significados, lógicas e formas de organização estabelecidas entre os detentos.

Se existem regras e condutas que são exigidas da instituição, na cela se reproduzem lógicas similares de organização nos ajustamentos secundários. Por exemplo, embora os detentos de determinados corredores compartilhem as áreas de banho de sol, cada ajuntamento de detentos possui organização e característica específica de acordo com a cela de origem. De forma semelhante, observamos que nas celas a “praia” pode ser compreendida como uma área comum de sociabilidade entre os detentos, e que a “jega” é um tipo de universo particular de cada detento.

Na imagem 3 é possível observar essa estrutura particular nas camas que apresentam uma espécie de cortina estampada de azul, rosa, outras brancas e cinzas. Essa imagem nos traz um conjunto de símbolos que caracterizam não só as resistências do self, mas também dos ajustamentos secundários e os sistemas de privilégios, que possibilitam manter uma organização e controle.

O pano utilizado e alguns cordões são extraídos dos colchões. Para fixar o cordão algumas vezes trançado e esticado (conhecido como Tereza), os presos se valem de “grampos” (conhecidos como torno) que são produzidos a partir de vários outros materiais como escovas de dente, garfos etc.

As “empanadas” isolam os indivíduos dos demais detentos da cela possibilitando o momento de intimidade e o espaço de reconstrução do self. Trata-se de um verdadeiro universo de significados que podem ser visualizados naqueles pequenos espaços de um metro e 90 centímetros de comprimento por 80 cm de largura, e um metro de altura. É lá onde ocorrem as visitas íntimas¹³, onde são colocadas fotos da família, declarações de amor, pistas que relacionam a tentativa de manter o detento com suas relações fora do presídio. Esse espaço íntimo é privativo. Para os detentos a “visita é sagrada”, sendo, assim, é proibido qualquer tipo de intromissão e bisbilhotagem e outro. Nessas situações, o detento só pode participar da conversa e desfrutar da atenção da visita de outrem se for do consentimento do primeiro.

Imagen 5- Resistências do Self no interior de duas “jegas”



Fonte: Pereira,2017.

Todos os objetos e mensagens observados podem ser pensados em relação a dois aspectos: o da construção do self, e o da elaboração de um ambiente que possibilite essa ação. No ambiente 1, temos a referência a experiências anteriores que

13 Situação que ocorre com a retirada de todos os outros detentos.

o detento traz consigo como forma de lembrança de uma situação. Já no segundo dormitório, há uma necessidade de reafirmação do detento em relação aos demais “colegas” de cela, pois há a valorização do uso de substâncias ilícitas e do código penal 157, que constituem um processo de construção de fachada de “Ladrão”. Em outros termos ele quer dizer: sou um ladrão, não sou um Jack¹⁴, por isso não mexam comigo. As duas situações são exemplos de construções de relações que seguem sentidos opostos: enquanto o primeiro é voltado para si e suas experiências fora da prisão, o segundo tem como foco o processo de sociabilização na prisão. Eles sinalizam a perspectiva Goffmaniana de mudança cultura e não de prisionização e assimilação. Isso porque mesmo dentro, os detentos nunca esquecem de suas referências anteriores. Todos esses esforços dos detentos nos fazem lembrar que,

Um conjunto de bens individuais tem uma relação muito grande com o “eu”. A pessoa geralmente espera ter certo controle da maneira de se apresentar-se diante dos outros. Para isso precisa de cosméticos e roupas, instrumentos para usá-los, ou consertá-los, bem como de um local seguro para guardar esses objetos e instrumentos – em resumo, o indivíduo precisa de um estojo de identidade para o controle de sua aparência pessoal (Goffman, 2001, p. 28)

Nesse sentido, é importante notamos que os utensílios e objetos criados¹⁵, a carta, as “panadas”, os grampos para prender a escova de dentes, as caixinhas de suco, aproveitadas como suporte para pastas de dente, barbeador e tablete de analgésicos, são peças fundamentais que compõem esse “estojos de identidade”. Além do que foi demonstrado nas imagens, há também recipientes de desodorantes e pequenas garrafas de plástico que são transformadas em cinzeiro; garrafinhas plásticas que são cortadas e usadas como copos e talheres, panos molhados são amarrados fortemente em garrafas de plástico e servem como um tipo de recurso térmico para conservar a água gelada, assim como pilhas de marmitas de isopor vazias.

Todos esses materiais são obtidos graças a um conjunto de relações entre os detentos e alguns funcionários. Normalmente os detentos pedem uma série de objetos como comprimidos, preservativos, livros, canetas e outros objetos que, apesar de não representarem nada de ameaçador para a maioria das pessoas, são de fundamental importância para os *ajustamentos secundários*. Um exemplo disso pode ser pensado em relação aos preservativos que são fundamentais para esconder celulares no vazo

14 Nomenclatura dada aos criminosos presos por crimes sexuais contra mulheres e crianças.

15 É importante deixar claro que todos esses objetos que personalizam o espaço não fazem parte da estrutura institucional, e são criadas pelos próprios detentos com a utilização de outros materiais como cabo de barbeadores, escovas dentais, colheres. Em geral, são feitos por meio do derretimento de plástico ou desmonte do colchão e de outros objetos.

sanitário, as canetas e o papel cumprem um papel fundamental na organização interna e na comunicação dos detentos, com atores de espaços distantes.

Temos um conjunto de ações que demonstram uma tensão constante e ininterrupta. Se há uma lógica da instituição total, o dia a dia dos detentos demonstra a criação de um conjunto de práticas que também são reproduzidas e sistematizadas em uma escala menor. Para se ter uma ideia disso, basta lembrar que além das barreiras físicas impostas pela Instituição total, existem as barreiras feitas pelos próprios detentos, com a utilização das “empanadas”, exigindo assim, um maior monitoramento e vigilância por parte dos agentes.¹⁶

Em relação ao sistema de privilégios, observarmos que além da personalização mais geral do ambiente da cela, havia também a presença de ventiladores nas “jegas”, de uma televisão na “praia” e de outros utensílios e equipamentos mais elaborados que sinalizam processos de negociação e formas de ajustamentos secundários que mobiliam interações as mais diversas.

Para se ter noção disso, basta compreender que para a liberação de um instrumento de entalhe de sabão é necessário que o detento tenha contato com a direção e de que ele convença a equipe dirigente de que seu uso será para a produção de artesanato. No dia em que fizemos as fotografias foi possível observar a restrição desse benefício por terem sido apreendidas, durante uma revista, várias arminhas de sabão no interior de uma jega. Nesse caso, o detento perde o instrumento, perde o cordão, os tornos e a empalada, não podendo mais desfrutar de seu pequeno universo particular frente aos outros detentos e funcionários que trafegam pelo corredor.

De toda a instituição total, a cela é o lugar onde os detentos possuem maior possibilidade de expressar a própria subjetividade e resistir aos processos de mortificação do self. Nela se estabelece uma espécie de microsociedade com regras próprias, hierarquias, linguagens e estratégias de comunicação com os funcionários da instituição. Assim, vale ressaltar o bilhete (Imagem 4) que trazia uma lista com o “nome” de nove detentos, demonstrando uma ordem de funções.

A questão da existência de nove detentos em uma cela com oito camas é o que explica um colchão colocado na parte inferior de uma das camas (imagem4), provavelmente utilizado pelo mais novo na cela, geralmente apelidado de Corró. Contudo há casos em que todos são responsáveis na escala de limpeza do banheiro.

16 Tensão entre as “jegas” e o panoptismo da instituição é efetivada de maneira mais direta durante as revistas de rotina, que costumam acontecer duas vezes por semana, ou quando ocorrem as revistas extras que são oriundas de processos de amostragem ou resultante de denúncias de outros presos, as expressões usadas são cabanagens, caguetagem ou crocodilagem, todas sinônimas uma das outras.

Imagen 5 - lavagem do banheiro(boi) da cela



Fonte: Pereira, 2017.

Apesar de nossas primeiras observações, é importante ressaltar que é possível notar diferentes formas de organização do trabalho, a depender do ajustamento secundário. Mas um ponto comum, em todas, é que as atividades de limpeza do banheiro¹⁷ e o recolhimento do lixo ficam sob a responsabilidade dos “corrós” do local.

Nas duas imagens (4 e 5) é possível notar também alguns apelidos como “Careca”, “Neguim”, “Bachim”, “Didi”, “Iapok” e nomes que não expressam uma preocupação de identificação exata dos atores sociais dali. No máximo alguma característica como altura ou etnia. Essa divisão do trabalho e classificação já demonstra o primeiro passo de alguns “corrós” no sentido integrar-se ao agrupamento. É interessante perceber que essas classificações se contrapõem às classificações numéricas realizadas pela instituição total, ou seja, existem mais de uma forma de classificar os detentos.

Embora o presídio apresente muitos pavilhões e celas, observamos as que estavam no pavilhão (imagem 1) onde concentravam-se os detentos que respondiam pelo crime de assalto. Nesse local as celas eram compostas por beliches de cimento, para oito detentos e um banheiro com chuveiro e privada. O ambiente era escuro e a própria grade de acesso à cela é uma fonte de iluminação desse local, que é marcado também pela umidade e por um odor que mistura roupas sujas, comida velha, tabaco e com um

17 conhecido localmente como “boi”

leve toque floral dos produtos de limpeza.

Os rituais de recebimento das alimentações são supervisionados por funcionários armados. Onde um detento/corredor entrega alimentos e outro entrega água. Esse processo é feito em um carro de mão e um carro de compras de supermercado. Assim é feito pavilhão por pavilhão, buscando diminuir a comunicação entre os pavilhões. Essa barreira é social pois mesmo o detento tendo acesso a todos pavilhões esse acesso é supervisionado. Em outro tempo não existia tal fechamento e o transporte de materiais principalmente ilícitos era maior.

Nesse ritual de interação interna, o detento da cela toma banho primeiro, escova os dentes e fica aguardando o pão e o café com leite. Vai buscar o máximo para seus companheiros de convívio, utilizando-se de sua influência com o preso e seu conhecimento repassado pelos outros da cela. Ou seja, quem é o funcionário que supervisiona e negocia alguma vantagem. Um saco de pães a mais, um pouco de fumo de outra cela ou até mesmo outro pavilhão.

Conclusão

Os princípios de organização social parecem ser uma constante nas diferentes escalas e níveis de relações sociais: desde as mais materializadas nas normas das instituições totais até nas relações face a face. No espaço de 3 metros de largura por 5 de comprimento, notamos que os detentos elaboram as próprias regras de convivência e criam as próprias barreiras para separar e organizar o espaço, de forma a proteger o espaço de intimidade e a conservação do *self*.

Frente às regras da Instituição total, os indivíduos se organizam por meio daquilo que Goffman (2001) chama de ajustamentos secundários, possibilitando por meio de negociações, escambos e burlas do sistema, formas de sociabilidade e arranjos sociais, além da construção de espaços simbólicos no interior das celas que lhes servem de refúgio contra as ações deformadoras do “eu” por parte da instituição total.

Esses arranjos e formas próprias de sociabilidade assumem uma lógica social própria que só pode ser compreendida a partir da análise das relações face a face. Os detalhes observados nas celas deixam sinais da existência de relações humanas que ultrapassam o referido espaço, ramificando-se por funcionários, relações familiares e outras que podem ser vinculadas a cada detento.

A microsociedade das celas, tal como os corredores e todas as instituições, possui lógica própria e se organiza em espaços comuns de sociabilidade e espaços privados de conservação da intimidade, representando as duas realidades que ocorrem naquela instituição. Nesse sentido a personalização dos espaços e formação dos arranjos sofrem variações constantes dependendo dos atores que compõe tais arranjos.

As análises das imagens corroboraram com as observações realizadas *in loco* durante aproximadamente três anos. Este estudo não esgota as possibilidades de observação e produção de conhecimento sobre formas de resistência e afirmação do self numa instituição total, mas lança uma centelha de luz nos estudos que se debruçam sobre essa obscura relação entre indivíduo e instituições sociais, no âmbito do estado do Maranhão.

Referências

- BENELLI, SJ. **A lógica da internação: instituições totais e disciplinares (des)educativas** [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2014, 252 p. ISBN 978-85-68334-44-7. Available from SciELO Books
- CLEMMER, Donald. **Prision Community**. 2. ed. Nova Iorque: Holt, Rinehart And Winston, 1958.
- GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. 7 ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.
- GOFFMAN, Erving. **Comportamentos em Lugares Públicos – Notas sobre a organização social dos ajuntamentos**. Petrópolis: Vozes, 2010.
- FOUCAULT, Michel. F86v **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes, 1987
- SALLA, Fernando. **As rebeliões nas prisões: novos significados a partir da experiência brasileira**. Sociologias, v. 8, n. 16, p. 274-307, 2006.
- SILVA, Agnaldo. **Praça Velho**: socialização, representações e práticas policiais militares. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2012.
- SOBECKI, Tomasz. **O conceito de prisão de Donald Clemmer**. Teka Komisji Prawniczej PAN Oddział w Lublinie , [S. l.], v. 2, pág. 475–481, 2020. DOI: 10.32084/tekapr.2020.13.2-36. Disponível em: <https://ojs.academicon.pl/tkppan/article/view/5862>. Acesso em: 20 abr. 2024.
- SYKES, Gresham M. **The society of captives : a study of a maximum security prison** / by Gresham M. Sykes ; with a new introduction by Bruce Western and a new epilogue by the author. — 1st Princeton classic ed. p. cm. — (Princeton classic editions) Originally published, 1958.
- TELLES, Vera da Silva; HIRATA, Daniel Veloso. **Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito**. Estudos Avançados, v. 21, nº 61, 2007.